

# O Arquivo da Administração do Concelho de Sines (1840-1938)

O arquivo da Administração do Concelho (1849-1938) encontra-se no Arquivo Histórico Arnaldo Soledade, no Centro de Artes de Sines, à consulta pública. Será publicado, em breve, no site do Centro de Artes, o inventário deste arquivo, com uma descrição completa da sua documentação.

O administrador do concelho, nomeado pelo poder central, é uma figura criada pelo Liberalismo português com o intuito de moderar a influência dos funcionários e políticos locais nas câmaras municipais e, posteriormente, constituir uma rede de influências políticas locais em relação a um partido (o do governo), ou ao regime. É uma das magistraturas criadas na sequência da separação das funções administrativas e judiciais.

O traço fundamental das competências do administrador do concelho, até ao Estado Novo, reside portanto na representação do poder central nos concelhos. Esta mesma função tem precedentes nos magistrados régios da Época Moderna, desde os juizes de fora aos corregedores, provedores ou ouvidores, consoante as terras fossem da jurisdição da coroa, de donatários ou dos mestrados das ordens militares.

As suas competências fundamentais, no século XIX, concerniam aos domínios fiscal; da inspecção dos estabelecimentos de beneficência, de piedade e de ensino, do policiamento; da vigilância sobre a execução das posturas e dos regulamentos municipais, e o recenseamento militar.

Mas as funções do administrador do concelho significaram ainda a redução das competências das câmaras, já que as deliberações deste último órgão eram executadas pelo administrador do concelho. Cabia-lhe ainda nomear o regedor da paróquia.

É este o código em vigor aquando da extinção do concelho de Sines em 1855 e da sua incorporação no concelho vizinho de Santiago do Cacém. Sines, agora freguesia, deixa de ter administrador do concelho. A única competência que se mantém é a relativa ao registo de testamentos, mas apenas até 1859.

Quando o concelho é restaurado em 1914 volta a ser nomeado um magistrado para o concelho de Sines. No entanto, a implantação da República em 1910 traz algumas alterações ao quadro jurídico. Apesar da defesa do municipalismo por parte dos republicanos, a autonomia municipal não se concretizou.

Em 1914, quando o concelho de Sines foi restaurado, vigorava ainda a lei nº 88 de 7 de Agosto de 1913, referente à organização administrativa do país. Será a lei nº 621 de 23 de Junho de 1916 a regular as novas funções do administrador do concelho, retomando alguns aspectos do quadro liberal, incluindo a sua nomeação pelo governo. Este quadro legal permite uma intervenção importante dos administradores do concelho, nos anos difíceis da Grande Guerra, ao nível da segurança pública e do abastecimento.

Assim, o administrador do concelho emitia editais e posturas, cobrava licenças, assegurava a segurança pública e o recenseamento militar, bem como o uso e o porte de armas, o registo civil, e o controlo das associações de beneficência, a entrada e saída de géneros.

O decreto nº 14812 de 3 de Dezembro de 1927 integra-a na Comissão executiva da Câmara Municipal, da qual o administrador do concelho é presidente. A sua secretaria e arquivo são extintos e integrados na Secção Administrativa da Câmara Municipal. Continuou-se, no entanto, a funcionar a função do Administrador do Concelho. A Administração do Concelho será extinta definitivamente no Estado Novo pelo Código Administrativo de 1940 (Decreto-Lei nº 31095 de 31 de Dezembro de 1940).

Tendo em conta as competências e atribuições do Administrador do Concelho de Sines, o seu arquivo é constituído por documentação muito rica e heterogénea. Pode ser consultada a seguinte documentação:

- Registo de editais e posturas (1914-1919);
- Registo de correspondência recebida e expedida (1914-1937);
- Registo das receitas e despesas (1916-1932);
- Requerimentos para uso e porte de armas (1917-1927);
- Queixas e reclamações (1921-1928);
- Registo geral de testamentos (1840-1859; 1914-1935);
- Recenseamento militar (1914-1933);
- Licenças de caça (1929-1938).

Está convidado a visitar o Arquivo Histórico Arnaldo Soledade e conhecer melhor a história de Sines em anos tão conturbados como foram os da I República, da Ditadura Militar e início do Estado Novo.

Sandra Patrício

Nota: **Oferta de documentos ao Arquivo Histórico Arnaldo Soledade**. Os senhores José Vilhena e Alberto Cardoso Vasco ofereceram ao Arquivo Histórico Arnaldo Soledade vários documentos relativos ao futebol em Sines, no mês de Fevereiro. O conjunto documental é constituído por oitenta e quatro documentos, entre os quais constam cartões médico-desportivos, cartões de identificação de jogadores e postais de Sines.

Esta oferta permite a todos os sineenses consultar os documentos, que no Arquivo estarão em condições óptimas de conservação e tratamento documental.

Já em 2005 o Prof. João Fragoso ofereceu também um importante conjunto documental do qual se destacam os jornais de Sines dos inícios do século XX.